



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

126

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281647-5

EMBARGANTE:

KARNE E KEIJO LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA

ADVOGADO:

Odir de Paiva C. Pereira (PE 14449) e outros, conforme RITJPE

EMBARGADOS:

**JALL TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA ME e
M H F FOMENTO LTDA**

ADVOGADO:

Danilo de Ávila Medeiros (SC 15879) e outros, conforme RITJPE

RELATOR:

DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DE JULGAMENTO:

**EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM
APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. INEXISTENTE.
PREQUESTIONAMENTO. NÃO PROVIMENTO.**

Inexiste omissões a serem sanadas na decisão recorrida. O que se percebe é a irresignação da embargante com o resultado que lhe foi adverso.

Ainda que a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência dos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

A jurisprudência moderna pacificou entendimento no sentido de que descabem os aclaratórios tão somente para prequestionar dispositivo legal. Precedentes do STJ e do TJPE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0281647-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em rejeitar o recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 23 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

175
1

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281647-5

EMBARGANTE: KARNE E KEIJO LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA

ADVOGADO: Odir de Paiva C. Pereira (PE 14449) e outros, conforme RITJPE

**EMBARGADOS: JALL TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA ME e
M H F FOMENTO LTDA**

ADVOGADO: Danilo de Ávila Medeiros (SC 15879) e outros, conforme RITJPE

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos Declaratórios interpostos pela KARNE E KEIJO LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA, em face do acórdão de fl. 150, lavrado nos autos da Apelação Cível, a fim de suprir omissão e prequestionar matéria a ser discutida nas instâncias superiores.

Em seu arrazoado de fls. 160/168, a embargante sustenta como omissões a inexistência de pronunciamento judicial no que tange à ausência de documento comprobatório da dívida, bem assim quanto à irresignação da condenação das despesas processuais nos autos da ação cautelar.

Prequestiona, ainda, os artigos 19, 20, 128, 267-VI, 333, 460 e 515 do CPC.

Pugna para que sejam recebidos e acolhidos os presentes embargos.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 537 do Código de Processo Civil c/c Art. 85, "d", do RITJ/PE.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

HE

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281647-5

EMBARGANTE: KARNE E KEIJO LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA

ADVOGADO: Odir de Paiva C. Pereira (PE 14449) e outros, conforme RITJPE

**EMBARGADOS: JALL TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA ME e
M H F FOMENTO LTDA**

ADVOGADO: Danilo de Ávila Medeiros (SC 15879) e outros, conforme RITJPE

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

A embargante defende omissões na decisão embargante, porquanto “restou robustamente provada *in actis* a **inexistência da dívida** no valor de R\$ 12.250,00 e o respectivo **vício do título**” (fl. 161), bem assim que não havia dado causa à propositura da demanda cautelar, descabendo, *in casu*, a condenação nas respectivas despesas processuais (fl. 163).

Percebe-se, pelos argumentos suscitados, que não se trata de vício do *decisum*, mas de irresignação da embargante com o resultado que lhe foi adverso.

Da leitura do voto condutor de fl. 144 e do voto revisor de fls. 145/147, percebe-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda por meio de **decisão refletida e balizada em entendimento legal e jurisprudencial**, longe de ser fruto de atitude precipitada e arbitrária, tampouco com desrespeito ao substrato probatório colacionado pelas partes.

Ainda que, de forma diversa, a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência dos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que **não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte**, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

Conforme expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios têm a finalidade de sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso.

A finalidade prequestionadora, expressa nos presentes embargos, não encontra abrigo nas hipóteses do art. 535 do CPC, sendo certo que **“As hipóteses de cabimento do recurso aclaratório estão previstas nos incisos I e II do art. 535 do CPC, e, dentre aquelas, não se encontra a possibilidade de promoção de prequestionamento explícito de dispositivo com o propósito do embargante vir a manejar recursos de natureza extrema; abre-se ensejo a tal desiderato quando houver omissão, obscuridade ou contradição no corpo da decisão judicial embargada”** (REsp 569315/DF, rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, DJ 30/8/2004).

MS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

A jurisprudência moderna pacificou entendimento no sentido de que **descabem os aclaratórios tão somente para prequestionar dispositivo legal**, consoante teor dos arestos abaixo transcritos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREQUESTIONAMENTO. NÃO INDICAÇÃO DE PELO MENOS UM DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. Apesar da legitimidade da utilização dos embargos como via recursal para o prequestionamento de matéria infraconstitucional/constitucional, tal objetivo não prescinde da indicação pelo embargante de pelo menos um dos vícios previstos no art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e da demonstração de sua ocorrência. Embargos de declaração não conhecidos. (STJ, EDcl no AgRg no ARE no RE nos EDcl no AgRg no Ag 1208411 / SP, Corte Especial, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 09/06/2011, sem grifos no original).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. HIPÓTESE NÃO AUTÔNOMA DE CABIMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PREQUESTIONAMENTOS EXPLÍCITO E NUMÉRICO. INEXISTÊNCIA. Deve-se consignar, de uma vez por todas, que o tão mal entendido prequestionamento (figura essa que com as ressalvas da força retórica da expressão, está-se transformando num verdadeiro monstro dos tribunais) não é uma hipótese autônoma do cabimento dos embargos. Ele tem, portanto, de subsumir-se a alguma das hipóteses legais (art. 535, CPC). De modo algum é necessário aos órgãos jurisdicionais citarem o número do texto de lei que estão por analisar. A ideia de prequestionamentos explícito, ou, como alguns chegam a sustentar, numérico não passa de uma elucubração perniciosa de juízes e juristas que não compreendem bem o seu múnus público, qual seja: zelar pela correta aplicação do direito, fazendo com que ele se realize na realidade fática. (TJPE, ED 0199020-7/04, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Alves da Silva, julgado em 29/09/2010, sem grifos no original).

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DA ALEGADA OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. NÃO PROVIMENTO. 1. Os embargos de declaração não constituem meio hábil para reexame da causa, restringindo-se seu cabimento às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC. 2. O julgador não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência e da legislação que entender serem aplicáveis ao caso. 3. O Superior Tribunal de Justiça já tem entendimento pacífico de que os embargos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio


179
1

declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição). 4. Inexistindo omissão, tendo em vista que foi devidamente fundamentada a decisão, não merecem acolhida os embargos declaratórios. À unanimidade, negou-se provimento aos Embargos de Declaração. (TJPE, ED 0198550-6/03, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Leopoldo Raposo, julgado em 22/09/2010, sem grifos no original).

Ante o exposto, **conheço dos presentes embargos, porém os rejeito**, para manter íntegro o *decisum* atacado.

É como voto.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator